



Diário Oficial Eletrônico do Município

Bernardo Sayão - To

LEI MUNICIPAL Nº 518/2022 QUE INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL

ANO I
Quinta-feira
19 de Fevereiro de
2026

Edição Nº 00444

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Aviso de Licitação Nº 19, de 19 de Fevereiro de 2026

Aviso de Licitação Nº 27, de 19 de Fevereiro de 2026

AVISO DE EXTRATOS Nº 40, de 19 de Fevereiro de 2026

Decretos Nº 10, de 19 de Fevereiro de 2026

EDIÇÃO Nº
00444

assinatura digital

Diário Oficial Eletrônico do Município
Bernardo Sayão - To
LEI MUNICIPAL Nº 518/2022 QUE INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL



ATOS DO PODER EXECUTIVO**Aviso de Licitação Nº 19, de 19 de Fevereiro de 2026****Aviso de Dispensa de Licitação
Contratação Direta
Por Dispensa Nº 019/2026
Republicação**

Toma-se público que a Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão - TO, por meio do Departamento de Compras, realizará Dispensa de Contratação Direta, Conforme Artigo 75 parágrafo 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso No Mural e diário oficial eletrônico Municipal, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Objeto: A Contratação de empresa para o fornecimento de gás de cozinha e vasilhames para gás, para atender as demandas das unidades administrativas, deste Município de Bernardo Sayão -TO.

Edital e Termo de Referência estrara disponível no site www.bernardosayao.to.gov.br /portal da transparência, dia 20/02/2026.

Para mais informações Departamento de Compras por e-mail, e telefone 63 3422 1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

Bernardo Sayão - TO, 19 de fevereiro de 2026.

GERSON DA SILVA BARBOSA
Secretário de Administração

Aviso de Licitação Nº 27, de 19 de Fevereiro de 2026**Aviso de Dispensa de Licitação
Contratação Direta
Por Dispensa Nº 027/2026
Republicação**

Toma-se público que a Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão - TO, por meio do Departamento de Compras, realizará Dispensa de Contratação Direta, Conforme Artigo 75 parágrafo 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações de que

tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso No Mural e diário oficial eletrônico Municipal, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Objeto: Contratação de empresa para a aquisição de gás GLP de 13KG e vasilhames com objetivo de atender as necessidades das escolas, CMEI e SEMED.
Edital e Termo de Referência estrara disponível no site www.bernardosayao.to.gov.br /portal da transparência a partir do dia 20/02/2026.

Para mais informações Departamento de Compras por e-mail, e telefone 63 3422 1241

E-mail: pmbscpl2021@gmail.com

Bernardo Sayão - TO, 19 de fevereiro de 2026.

PETER DOUGLAS MACIEL DE MELLO
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO

AVISO DE EXTRATOS Nº 40, de 19 de Fevereiro de 2026**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
21/2026****EXTRATO DO CONTRATO Nº 40**

Processo Administrativo: 30/2026. Contrato: 40/2026.
Contratante: O município de Bernardo Sayão - To. Contratada: PESSOA/JURÍDICA: Maria Helena Pereira da Cruz, inscrito no CNPJ: 21.225.975/0001-98, com endereço na Avenida Antônio Pescone, Nº 900, CEP: 77755000, centro Bernardo Sayão-TO, neste representado pelo srº. Maria Helena Pereira da Cruz, inscrito no CPF: 773.528.821-20, RG:147.083 2ª via. Objeto: A Contratação de empresa para fornecimento de pão francês e pão de queijo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Habitação, Infraestrutura e Obras, deste Município de Bernardo Sayão – TO.

Vigência: 05/02/2026 a 31/12/2026.

Valor Global: R\$: 38.090,00 (trinta e oito mil, noventa reais).
Fundamentação legal: artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

BERNARDO SAYÃO-TO, 05 de fevereiro de 2026.

OSORIO ANTUNES FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

Decretos Nº 10, de 19 de Fevereiro de 2026**DECRETO Nº 010/2026.**

Institui e nomeia a Comissão Municipal de Acompanhamento da Transição da Reforma Tributária, estabelece suas competências e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BERNARDO SAYÃO-ESTADO DO TOCANTINS,

no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de o Município cumprir as exigências técnicas, normativas e operacionais estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, pela Complementar nº 214/2025 (que regulamenta o IBS), pela Lei Complementar nº 215/2023 (Cashback), e pela Complementar nº 227/2026 (regramentos para IPTU, ITBI e COSISP);

CONSIDERANDO as obrigações municipais relacionadas ao Padrão Nacional da NFS-e, nos termos do Convênio Nacional da NFS-e e da NT nº 004/2025 – SE/CGNFS-e;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar ações administrativas, normativas, fiscais, cadastrais, tecnológicas e contábeis referentes à transição do ISS para o IBS, conforme regras previstas no art. 10 da LC nº 214/2025 e demais dispositivos aplicáveis;

CONSIDERANDO o cronograma nacional que exige dos Municípios adequações entre 2025 e 2032, envolvendo NFSe, Cadastro IBS, CNPJ alfanumérico, CIB/SINTER, CNAE 3.0, reestruturação administrativa, medidas de incremento de arrecadação, Simples Nacional, capacitações e Cashback;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DA TRANSIÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA, de caráter técnico, deliberativo e executivo, responsável por planejar, coordenar, monitorar e implementar todas as ações necessárias para adequação do Município às normas federais relativas ao IBS, CBS, ISS, NFS-e Nacional e demais obrigações correlatas.

Art. 2º A Comissão terá como finalidades principais:

I – Planejar e executar as ações previstas nos eixos NFSe, Normativo, Cadastro, Financeiro, Simples Nacional, Estrutura Administrativa e Cashback, conforme diretrizes contidas na Agenda Nacional de Transição;

II – Coordenar a adaptação da legislação municipal ao disposto na LC nº 214/2025, LC nº 215/2023 e LC nº 227/2026, especialmente quanto ao ISS, IPTU, ITBI e COSISP;

III – Supervisionar a adesão, parametrização e integração ao Padrão Nacional da NFS-e, nos termos do Convênio Nacional e da NT nº 004/2025 – SE/CGNFS-e;

IV – Organizar e conduzir as adequações cadastrais ao Cadastro IBS, ao CNPJ alfanumérico, ao CIB/SINTER, ao CNAE 3.0, e às metodologias do valor de referência previstas em regulamento e na LC nº 227/2026;

V – Acompanhar a revisão contábil do ISS no SICONFI, conforme disposições da LC nº 214/2025, garantindo a correta apuração do coeficiente municipal de participação no IBS;

VI – Planejar e executar medidas de incremento de arrecadação do ISS até 2026 e 2031, conforme previsto na LC nº 214/2025;

VII – Coordenar as ações municipais relativas ao Simples Nacional, conforme LC nº 123/2006 e cronograma do CGSN;

VIII – Propor a reestruturação administrativa necessária para a RTC, no período de 2026 a 2028;

IX – Acompanhar a implementação do Cashback da CBS e planejar eventual Cashback municipal do IBS, conforme LC nº 215/2023 e LC nº 214/2025;

X – Elaborar relatórios trimestrais de acompanhamento para o Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I – Secretário(a) Municipal da Fazenda, que a presidirá; Maria LeZenaide da Silva Costa

II – Procurador(a)-Geral do Município; Brenno de Araujo Albuquerque

III – Secretário(a) Municipal de Administração; Gerson da Silva Barbosa

IV – Representante da Contabilidade Municipal; Alailso Souza Viana

V – Representante do Departamento de Tecnologia da Informação; Andressa Valentin Santiago

VI – Representante do Cadastro Imobiliário; Welder Alves Costa

VII – Representante da Fiscalização Tributária; Isabella Vitoria Rodrigues dos Santos

VIII – Outros membros que o Presidente da Comissão julgar necessários.

Art. 4º Compete ao Presidente da Comissão:

I – Convocar reuniões, deliberar sobre pautas e distribuir tarefas;

II – Solicitar informações e documentos a qualquer órgão municipal;

III – Encaminhar relatório trimestral ao Prefeito;

IV – Requisitar apoio técnico de equipes específicas.

Art. 5º A Comissão deverá produzir, no prazo de 30 dias, o PLANO MUNICIPAL DE TRANSIÇÃO PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA, contendo:

I – cronograma municipal detalhado (2026 a 2032);

II – responsabilidades por secretaria/setor;

III – necessidades orçamentárias;

IV – ações normativas, tecnológicas, cadastrais, contábeis, fiscais e de capacitação.

Art. 6º As atividades da Comissão serão consideradas de excepcional interesse público, não gerando remuneração adicional, e deverão ser realizadas sem prejuízo das funções originais dos servidores.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de , Bernardo Sayão Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de Fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal

Secretário(a) Municipal da Fazenda

Procurador(a)-Geral do Município